

**DESIGUALDADE E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA:
QUESTÕES SOBRE EDUCAÇÃO E DESEQUILÍBRIO SOCIAL –
ENTREVISTA COM FERNANDO CODOCEO**

Bruna Ercoles da Silva *
Ricardo Fernandes Pátaro **

Fernando Codoceo Ortiz é licenciado em Filosofia pela Universidade de Valparaíso, no Chile, e doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Aachen, na Alemanha. Atualmente, é professor da Universidade de Los Lagos, em Osorno, Chile. A Universidade de Los Lagos é uma instituição estatal de ensino superior, criada em 30 de agosto de 1993, com sede em Osorno e campus em Santiago, Puerto Montt e Chiloé. Oferece cursos de graduação nas áreas de Ciências Exatas, Educação e Pedagogia, Ciências Sociais, Arquitetura, Ciências Biológicas e Biodiversidade, Ciências da Atividade Física, Humanidades e Artes, Governo e Empresa, Ciências Administrativas e Econômicas.

Juntamente com colegas pesquisadores, Fernando Codoceo Ortiz pesquisa a respeito dos problemas da desigualdade e da pobreza em suas diferentes expressões. É autor de diversos livros, entre eles “Criminalización de la pobreza: la construcción política del sujeto peligroso”, “Relatos silenciosos: imágenes y testimonios desde la prisión” e “Imágenes autobiográficas: fotografías y testimonios de personas em situación de calle”, além de artigos científicos e capítulos de livros sobre o tema da desigualdade e exclusão social no Chile.

A entrevista foi cordialmente cedida pelo professor Fernando Codoceo Ortiz em Campo Mourão, por ocasião de sua presença, no Brasil, para ministrar uma disciplina aos estudantes do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD/UNESPAR, campus de Campo Mourão, e um curso no Programa em Formação Docente Interdisciplinar – PPIFOR/UNESPAR, campus de Paranavaí. Durante o tempo em que esteve na UNESPAR, o professor Fernando Codoceo também realizou trabalhos de campo, visitas a instituições carcerárias da região e projetos de extensão e ensino que são desenvolvidos na UNESPAR, estreitando os laços entre as universidades.

Atualmente você desenvolve um trabalho relacionado com a questão da desigualdade e da pobreza, mais especificamente com pessoas em privação de liberdade ou situação de cárcere. Pode descrever um pouco de sua trajetória e trabalho de pesquisa?

Fernando Codoceo: Eu venho de uma formação na área de ciências sociais e tenho me dedicado ao tema da desigualdade e da exclusão social há mais de 20 anos. Quando jovem, eu era muito ativo na região em que vivia. Muito ativo nos estudos e na comunidade, e já me preocupava com a questão da desigualdade e da pobreza. O que quero dizer é que a preocupação com um tema dessa natureza não é algo que começa de repente. Estou na faixa dos 40 anos de idade e já aos 20 comecei a desenvolver um caminho nesse sentido, não investigando de imediato, mas com uma preocupação acerca da desigualdade, da pobreza. Primeiro participei de uma igreja em meu tempo de juventude, tinha envolvimento nos assuntos da comunidade também, e quando ingressei na universidade não parei mais de trabalhar com temáticas vinculadas à desigualdade. Digo isso, pois acredito que é importante começar na juventude a buscar um projeto, perseguir uma ideia. Essa ideia tem sempre que ser desenvolvida, é lógico, mas penso que os jovens precisam saber onde querem trabalhar, quais são seus macrointeresses, onde estão localizados, sabe? É um verdadeiro projeto de vida, porque trata-se de um tema com o qual você pretende trabalhar por mais ou menos 20 anos e que está vivendo também no agora. Por isso é importante o trabalho que nós docentes fazemos na universidade, orientando estudantes de iniciação científica, de mestrado, doutorado. Aos meus estudantes eu digo sempre: “Um doutorado começa com o ingresso na escola, não quando vocês se inscrevem no programa de pós-graduação.” Enfim, no meu caso específico, eu comecei antes dos 20 anos. Primeiro estudei filosofia e depois trabalhei cerca de 3 anos em uma Organização Não-Governamental em uma comunidade extremamente violenta, a mais violenta do Chile, a mais pobre do Chile, com muitos problemas. Para você ter uma ideia, ninguém ousava entrar naquela comunidade. Eu vivi nessa comunidade por 3 anos inteiros, auxiliando na organização e implementação de projetos e trabalhando sempre com os jovens. Depois eu fui para a Alemanha e lá estudei e trabalhei por muitos anos. Como estrangeiro, me aprofundi ainda mais na temática da desigualdade e permaneci trabalhando com ela na Alemanha. Fiz meu doutorado lá e quando voltei ao Chile não fui direto para a

universidade. Tive alguns empregos, fui professor na escola básica chilena e passei em um concurso para ser encarregado nacional de um programa de superação da pobreza, onde trabalhei cerca de 3 anos como chefe desse programa nacional. Nesse período me dediquei a observar e analisar muito, me dediquei a percorrer o Chile inteiro, o que me permitiu ter um olhar sobre a pobreza de meu país. Depois desse trabalho entrei na Universidade de Los Lagos para trabalhar, primeiro como professor. Aos poucos fui amadurecendo a ideia de um centro de investigação e voltei a me dedicar exclusivamente aos temas da desigualdade e da pobreza. Atualmente, estou estudando a exclusão social e trabalho com três grupos diferentes: um grupo de pessoas que vivem em acampamentos, outro grupo de pessoas em situação de rua e um outro grupo de presos, pessoas que estão encarceradas. Há muito trabalho, sempre de investigação qualitativa, e nesse trabalho já estamos há cerca de 3 anos. O que fazemos, primeiramente, é tratar de olhar o tema do aprisionamento como uma expressão da exclusão social e da pobreza, ou seja, estudamos a pobreza nesses locais, mas vemos o tema do cárcere como uma problemática mais ampla, de direitos humanos, pois há muitos problemas de desrespeito aos direitos humanos na prisão. Em segundo lugar, nos interessa essa investigação para o desenvolvimento de políticas públicas. Nosso desejo é pensar metodologias de trabalho que podem ser aplicadas a grupos sociais de alta complexidade, como os grupos que estão presos. Desenvolvemos muito trabalho de campo, e isso nos caracteriza enquanto grupo de pesquisa. Nós vamos muito a campo, estamos muito na rua, vamos com frequência às prisões. Em algumas semanas vamos todos os dias, seja para tomar um café ou conversar, não necessariamente com um plano imediato. Felizmente, nosso centro de investigação está a 3 quadras de uma prisão, então, quando quero fazer uma pausa, vou até o cárcere. Chamo algum colega pesquisador, levo café, cigarro – eu não fumo, mas eles fumam – e conversamos muito com os presos. Digo isso para afirmar que a investigação é algo que faz parte de nossas vidas, é natural para nosso grupo de pesquisadores e pesquisadoras. Não é que não tenhamos objetivos pré-estabelecidos, temos, sim, mas temos também um vínculo forte e cotidiano com os presos. Todos eles nos conhecem e, além disso, atualmente faço parte de um grupo nacional de observadores, nomeado para observar e acompanhar as prisões no Chile. É um grupo

formado por representantes, não só da Universidade de Los Lagos, mas de outras universidades chilenas, além do Ministério de Justiça, UNICEF e grupos de Direitos Humanos. Visitamos as prisões pelo país e fazemos informes sobre a situação. Então somos observadores e isso também me ajuda a entrar nas prisões. Tudo isso é o meu trabalho, há vários estudantes de graduação sob minha orientação, temos também 12 teses de pós-graduação trabalhando em diferentes temas relacionados à exclusão e todas essas teses giram em torno do cárcere. Eu diria que se quer trabalhar com marginalidade, exclusão social e com pessoas encarceradas, esse é o meu tema. Quando os estudantes me encontram, eles sabem que eu sou o “professor do cárcere”, no bom sentido. Conversamos sobre o cárcere o tempo todo. Pesquisamos sobre o cárcere no próprio cárcere, com os próprios presos. Discutimos o assunto em teses e eventos e temos organizado seminários específicos para promover o debate em torno do tema. Nos seminários não falamos sobre o cárcere, mas tratamos da teoria da exclusão social. Organizamos seminários públicos, nós os chamamos “seminários acadêmicos políticos”, incluímos organizações sociais, e tratamos de debater a respeito da cidade, sobre o que acontece com as prisões e publicamos livros e artigos sobre o tema. É um processo lento, dá trabalho. O que estamos pensando agora é organizar um congresso latino americano, porque há muitas pessoas que estão trabalhando com esses temas no Chile e na América Latina. Então nos interessa dar continuidade a essa rede de pessoas que pesquisam o tema da exclusão social, mas particularmente o tema cárcere, para olhar o tema da prisão, da delinquência. De forma breve, meu trabalho é esse. É investigar, trabalhar com os estudantes. As equipes de trabalho que montamos adquirem uma dinâmica muito positiva, com muita energia, muito atenta ao tema. Temos reuniões periódicas a cada 15 dias e discutimos sempre temas de exclusão social, políticas, filosofia, exclusão, temas da atualidade. Temos 20 estudantes relacionados, um número importante, todos com seus estudos. Isso é um pouco o que eu faço.

Como seu trabalho se relaciona com a educação e questões sociais do Chile atualmente?

Fernando Codoceo: Se há uma possibilidade de gerar processos de reinserção social, isso pode ser feito por meio da educação e da escola. Há

escola na prisão, o problema é que não se tem pensado uma escola para a prisão, com características próprias, entende? O que se faz, frequentemente, é aplicar o modelo escolar tradicional na prisão. Então aí temos um desafio grande, pois acredito que, não só no cárcere, mas na escola básica também, temos que desenvolver uma prática educativa mais democrática, mais relacional mesmo, com diálogo entre educador e educandos. Uma de minhas orientandas é professora no cárcere, ou seja, ela começou comigo, estudando, era estudante e entrou tanto nesse tema da prisão que agora é professora no cárcere e não trabalha em outro lugar. Bonito, não? Então, hoje ela ministra aulas aos presos e eu sou seu voluntário nesse trabalho. Vou uma vez por semana dar aulas, trabalho com os presos, faço oficinas com eles, tento mudar aquele modelo empirista e tradicional de ensino, sabe? Trabalho temas que chamo de “tomada de consciência crítica”, no sentido de reconhecerem sua própria história, de se olhar como alguém que se converteu no que é. Por que muito se fala de consciência crítica, de reflexão crítica, mas pouco se pratica. Geralmente, o que se quer do aluno é que ele siga o que você diz, mas não são dadas ferramentas para que ele seja realmente crítico, pra que tenha consciência de sua situação. Eu acredito que a tomada de consciência de si e a educação são fundamentais para qualquer possibilidade de mudança. Aqui, no entanto, cabe uma ressalva, pois eu acredito em mudança pacífica. É pacificamente, e com uma escola democrática, que se pode fazer um mundo melhor, com menos violência, com menos delinquência, viver menos trancado, entende? A delinquência, se não se detém, se não se trabalha com ela, se não se reflete sobre ela, termina dominando os países, termina gerando sociedades do medo. Nossas pesquisas têm apontado para o fato de que necessitamos de outras estratégias, outras políticas públicas para que a delinquência não siga crescendo. As prisões estão cheias e as desigualdades aumentando. Temos que colocar o problema da desigualdade e da pobreza em perspectiva. Elas são sempre o efeito de relações sociais politicamente construídas e nós acreditamos que uma das estratégias para buscar novas perspectivas é trabalhar com os internos de uma prisão, trabalhar com suas famílias. E esse trabalho é educativo. Eu acredito que a educação é uma das mais importantes vias pelas qual uma pessoa pode começar a viver de outra maneira. Aprofundando na relação entre meu trabalho e educação, penso ainda que há

dois tipos de trabalho educativo: um trabalho preventivo e um que ocorre já dentro do cárcere. O primeiro seria uma prática educativa anticriminalizante, que venha a prevenir contra o crime e a violência crescentes, que levam ao aumento também da população prisional. Nesse primeiro tipo de trabalho lutamos por uma educação que forme crianças e jovens que almejem uma vida digna para todos, que busquem trabalhar para a superação da criminalização e da realidade de desigualdades que vivemos hoje. É o que almejo, como pessoa, desde a juventude, como dizia anteriormente. O segundo trabalho seria desenvolvido dentro do cárcere, que é o que desenvolvo atualmente com meu grupo de estudantes. A esse respeito, no entanto, percebo que não há uma preocupação com a formação específica de professores para trabalhar nas prisões. Teríamos que formar professores especificamente para atuar no cárcere, mas isso, hoje em dia, ainda é um ponto de interrogação muito grande e, porque não, de investigação. É necessário olhar para esse assunto com mais intencionalidade e perguntar: Quais são as características de uma escola na prisão? Em espaço carcerário, como a escola deveria funcionar? Qual deveria ser o perfil de seus professores? Os conteúdos? Qual seria a ênfase a ser estabelecida em um trabalho pedagógico e educativo como esse? É um tema interessante, potente. Acredito que seria uma pedagogia para setores altamente complexos, altamente excluídos, vulneráveis, machucados. Como se trabalha aí? É um desafio bonito para pesquisar, para produzir conhecimento.

No Brasil, temos vivido uma universalização da educação básica que levou a um maior contingente de crianças e jovens concluindo o ensino fundamental e o ensino médio, criando conseqüentemente uma demanda de mais vagas no ensino superior. Diante disso, assistimos à chegada, no ensino superior, do que chamamos “estudantes de primeira geração”, aqueles que representam os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior. Você percebe algo semelhante no Chile? Como você entende essa situação?

Fernando Codoceo: No Chile vivemos algo semelhante, sim, ou seja, o número de pessoas que ingressam na universidade aumentou. Isso significa que há mais acesso, e uma das questões decorrentes disso é o desafio de garantir qualidade junto com quantidade. Não creio que a maior quantidade de alunos leve a uma menor qualidade do sistema educacional, não é isso, mas devemos pensar com quais ferramentas contam aqueles que estão

ingressando hoje no ensino superior. Quero dizer, a educação não tem a mesma qualidade em todo o país, certo? Acredito que isso ocorra ainda mais fortemente no Brasil, que é um país com maior território que o Chile, por exemplo. Dando prosseguimento, ainda entendo que educação não é apenas ter um título educacional, por exemplo. Em termos percentuais, cerca de 80% a 90% das pessoas que pertencem aos 10% mais ricos da população acabam ingressando na universidade, e se você vai mudando o percentual, para 50% mais pobre, por exemplo, depois 40% mais pobre, até chegar aos 10% mais pobres, temos também menos estudantes que ingressam na universidade. Mas em termos globais, os que não tinham acesso há 20 anos, hoje têm encontrado acesso, sim, isso é indiscutível. Por exemplo, eu entrei na Universidade faz 20 anos. Era muito raro, há 20 anos atrás, que uma pessoa que viesse de uma família pobre entrasse na Universidade. Hoje em dia não é tão raro. Podemos até dizer que é usual. No entanto, hoje em dia entrar a universidade também não é uma grande maravilha, mas é usual. Com isso quero dizer: onde é que se começa a marcar uma diferença? Na minha forma de entender, se começa a marcar a diferença nas outras habilidades e competências que os ingressantes no ensino superior têm entre si. Por exemplo, se eu venho de uma família pobre e tenho um título universitário, é provável que eu não saiba falar inglês. Se sou de uma família pobre e tenho pós-graduação, é provável que minha pós-graduação tenha sido desenvolvida em uma universidade regional, e outro estudante tenha uma pós-graduação fora do país, entende? É uma diferença, não é? Então, é interessante observar que, mesmo com a democratização, as diferenças seguem existindo. Sabemos que aqueles que concorrem às bolsas para fazer pós-graduação no estrangeiro são os mais capacitados academicamente. E quem são os melhores e mais capacitados academicamente? São os que vêm de famílias de altos ingressos. Não é regra geral, eu tive uma possibilidade de estudar na Alemanha, lá fiz minha pós-graduação, mas todos os outros chilenos que encontrei na Alemanha, talvez isso comece a mudar, mas naquela época, todos os outros chilenos que encontrei vinham de famílias de altos ingressos, não eram de famílias pobres. No Chile, hoje, o que está sendo discutido também, para além do acesso, é a gratuidade da educação. Há um movimento muito forte requisitando essa gratuidade, pois em nosso país houve a privatização do sistema público. O

movimento questionando isso começou no ano de 2011, com uma dura crítica para acabar com a forte diferenciação entre o ensino público e o privado, quer dizer, a educação tem que ser pública. Essa é a luta que está acontecendo atualmente em meu país. Luta-se também pela qualidade, ou seja, para organizar o sistema, para que os estudantes que ingressam na escola tenham o mesmo nível de possibilidades, o mesmo acesso ao conhecimento, porque a qualidade varia muito. Há um estudo a respeito de quantas palavras conhece e usa uma criança de 8 anos. Primeiro, daqueles pertencentes aos 10% mais pobres e aqueles pertencentes aos 10% mais ricos da população. A diferença é que enquanto um grupo falava 400 palavras, o outro falava 4.000 palavras, ou seja, 10 vezes mais, uma diferença substantiva. Outro estudo revela, ao estudar a trajetória laboral dos estudantes, que os 10% dos estudantes que mais se destacaram na Universidade do Chile pertenciam ao grupo dos 10% mais pobres, com as famílias mais pobres. Já os 10% dos estudantes com menos habilidades acadêmicas, quer dizer, os que menos se destacavam, pertenciam ao grupo dos 10% mais ricos. O estudo não para por aí. Em seguida, se estuda o que acontece com eles no mercado de trabalho e as diferenças são importantes. Os estudantes das famílias mais pobres, mesmo se destacando, têm dificuldade para entrar no mercado de trabalho, ou seja, há uma série de barreiras que impedem uma igualdade de oportunidades. A democratização da educação é essencial, mas algumas inequidades continuam existindo e precisamos voltar os olhos a elas.

Poderia nos dar mais alguns detalhes das investigações promovidas pelo seu grupo de pesquisadores no Chile, especialmente no que concerne aos aspectos metodológicos de seu trabalho conjunto?

Fernando Codoceo: O trabalho de nosso grupo de pesquisa é muito qualitativo. Há muitas correntes distintas do trabalho qualitativo na pesquisa e, no geral, nosso grupo de pesquisa entende que um trabalho qualitativo é aquele trabalho de natureza crítico-política. Para mim, o trabalho qualitativo não é apenas conversar com as pessoas. Também é isso, faz parte, mas não é o principal objetivo. Para mim, o trabalho qualitativo não é apenas tratar com carinho as pessoas, eu o faço, mas não é o principal. Eu creio que você precisa ter afeto, ser respeitoso, tem que ser sincero, eu acredito nisso. Acredito que

você tem que tratar bem as pessoas, mas esse não é o principal objetivo do trabalho qualitativo. Creio que o essencial em um trabalho qualitativo, e digo isso com humildade, é tratar de entender porque motivo as pessoas chegam a ser o que elas são, e porque as pessoas chegam a vencer o que são. Isso é diferente de descrever somente o que as pessoas pensam. Se apenas descrevo, eu poderia dizer que converso com os encarcerados e pergunto “E você, o que pensa disso?”, e poderia afirmar, como pesquisador, que já fiz um trabalho qualitativo e que os encarcerados pensam isso ou aquilo, entende? O mais interessante, no entanto, é saber por que alguém chegou a pensar isso ou aquilo. Em minha opinião, com isso começamos a falar de uma hermenêutica crítico-política, no sentido de que acreditamos, enquanto pesquisadores, que o que as pessoas pensam tem a ver com as relações de poder. O que nós pensamos, o que nós cremos é o resultado, não de uma vontade individual apenas, mas é o resultado dos discursos que se impõem ou que dominam os espaços sociais, que instalam certas formas de ver a realidade, certos valores, certas crenças. Eu estava, por exemplo, conversando com um aluno do mestrado e ele me contava de seus interesses investigativos a médio prazo. Ele queria estudar um fenômeno musical aqui, não me lembro do nome. Esse aluno me disse que esse fenômeno lhe interessava porque era massivo, muito escutado pelos jovens. Basicamente essas músicas do tal fenômeno falam sobre sexualidade, de lançar-se à vida, ao álcool. Isso me parece interessante e a questão não é só saber por que os jovens gostam dessas músicas, mas tratar de indagar, de buscar o que significa isso para eles. Sem fazer nenhum juízo de valores, por que buscam isso? Quais são suas crenças? Como se expressam? Qual é o sentido de comunidade e de pertencimento que vivem? Quero dizer, não é só a música, é algo mais profundo. Em que acreditam as juventudes? Com um objeto de investigação em mãos você começa a indagar, a buscar, e, em consequência disso, começa a aplicar uma metodologia qualitativa, e o discurso qualitativo ao qual aderi parte do pressuposto de que o fundamental é perguntar porque você acredita nisso ou naquilo. Isso significa que, em um determinado momento, eu deixo você de lado e começo a me preocupar também com aqueles elementos externos, políticos, sociais, socioeconômicos, histórico-familiares, que me permitem entender porque você chegou a ser a pessoa que é e a crer no que crê. Assim, em minhas pesquisas,

também entendo que é interessante perceber que as crenças não são apenas decisões individuais, por isso é um trabalho político, uma experiência coletiva, pois se pertencço a um grupo, pertencço a uma cultura, pertencço a um país. Posso dizer que não me dedico a uma análise psicológica ou psiquiátrica, mas social, antropológica, sociológica, política. Esse é meu trabalho.

Notas:

* Bruna Ercoles da Silva é graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/Campo Mourão, aluna do Programa de Iniciação Científica da UNESPAR e professora de Educação Infantil. E-mail: brunnaercoles@gmail.com

** Ricardo Fernandes Pátaro é doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestre em educação e pedagogo pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da UNESPAR/Campo Mourão, membro do Colegiado de Pedagogia e integrante dos Grupos de Pesquisa: GEPAC – Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura/UEM e NAP – Núcleo de Novas Arquiteturas Pedagógicas/USP. E-mail: ricardopataro@gmail.com

Recebido em: junho de 2016.
Aprovado em: abril de 2017.